



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Marcílio Barenco Corrêa de Mello

Processo nº: 042.2020.100
Natureza: Notícia de Irregularidade
Município(s): Ipatinga/MG e outros

DESPACHO FUNDAMENTADO

Com vistas, etc.

1. Trata-se da análise das informações referentes ao suposto acúmulo ilícito de cargos/proventos pelo servidor **Juliano Dantas de Menezes** nos Municípios de Bugre, Antônio Dias, Jaguarauçu, Ipatinga, Timóteo e na Secretária de Saúde de Minas Gerais, aferido em malha fiscalizatória do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
2. Este *Parquet*, na ocasião de arquivamento sumário da Notícia de Irregularidade epigrafada, determinou a **instauração de Tomada de Contas Especial**, contendo o seguinte, *in litteris*:

[...]

20. A disposição do regramento claramente imperativa, determina a instauração da tomada de contas especial pelo gestor atual, sob pena de responsabilidade solidária pelo dano apurado.

21. Na situação *sub examine*, é fulcral que se instrua a tomada de contas especial com informações e elementos materiais e operacionais, tais como:

(i) apuração se houve (ou não) a acumulação indevida na prestação de serviços à municipalidade, então sugerida pelas evidências constantes no presente feito (Anexo III);

(ii) apuração se houve (ou não) o cumprimento integral da carga horária afim à atividade laboral exercida, fazendo prova documental (folha ou cartão de ponto);

(iii) na ocorrência de acumulação indevida, apuração se houve subscrição pelo investigado de declaração de não acumulação ilícita de cargos, empregos ou funções públicas no ato da posse – fazendo prova de cópia documental nos autos, fato este que, demandará a imediata comunicação ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a fim de que seja apurado o enquadramento da conduta ao tipo delituoso previsto no art. 299, do Código Penal brasileiro;

(iv) após a desconstituição de vínculo acumulado ilicitamente, apuração se ainda subsiste relação do servidor epigrafado com o ente municipal, como prestador de serviço contratado, por interposta pessoa jurídica ou cooperado;

(v) cópia do ato de nomeação/vínculo e exoneração/desincompatibilidade dos cargos, empregos ou funções exercidas.

(vi) cópia da folha de pagamento do servidor público epigrafado (por todos os períodos de vínculo(s));

(vii) cópia do quadro de cargos e salários, constando jornada semanal dos empregos, cargos ou funções públicas exercidas, com indicação das leis municipais respectivas; e,

(viii) quantificação do eventual dano ao erário (*quantum debeatur*) em valor líquido e certo, apurado durante todo o período de vínculo(s) estatutário, temporário ou contratado do servidor epigrafado, em que não se cumpriu a jornada integral ou não se prestou o serviço público contratado.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Marcílio Barenco Corrêa de Mello

3. Conforme consta dos autos (Sistema Informatizado do Ministério Público de Contas - SIMP), referente ao teor dos Ofícios nº 27/2020/MBCM/MPC e 125/2020/MBCM/MPC, o Prefeito Municipal de Ipatinga deixou de dar cumprimento à requisição ministerial.
4. O Município de Ipatinga encaminhou o Ofício nº 128/2020, datado de 30 de julho de 2020, com a informação de que havia instaurado a Tomada de Contas Especial para a devida apuração do Dano ao erário.
5. Entretanto, conforme certificado por este Ministério Público de Contas, **o prazo para encaminhamento da documentação transcorreu *in albis*.**
6. Compete informar que a instauração da Tomada de Contas Especial, com toda documentação requisitada por este *Parquet* de Contas, tem como condão a apuração dos fatos e aferição da existência - ou não - de dano ao erário (quantificação), conforme preconizado no art. 47, inciso IV, da Lei Complementar estadual nº 102/2008.
7. Veja-se:

Lei Complementar estadual nº 102/2008

Art. 47. A autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, **adotará** providências com vistas à instauração de tomada de contas especial para apuração dos fatos e quantificação do dano, quando caracterizadas:

[...]

IV - prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico **de que possa resultar dano ao erário.** (Grifos nossos)

8. Tais informações são imprescindíveis para a missão do controle externo, especialmente no que se refere à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado de Minas Gerais e de seus Municípios, com a efetiva instrução procedimental fiscalizatória, sendo as providências adotadas insubsistentes.
9. Pelo exposto, **extraíam-se cópias dos autos epigrafados** com remessa à CAOP **para deflagração de nova Notícia de Irregularidade a ser distribuída por PREVENÇÃO,** em virtude da comprovada desídia acima desvelada, visando possível corresponsabilização solidária do atual gestor municipal, em flagrante obstrução às atividades de controle externo e violação do dever de colaboração enquanto Chefe do Executivo do ente fiscalizado, onde se impunha a responsabilização do servidor público pela prática de ilícitos verificados.
10. Após, retornem-me os autos para as deliberações que se fizerem necessárias.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Marcílio Barenco Corrêa de Mello

11. É o despacho fundamentado.

Belo Horizonte, 25 de novembro de 2020.

Marcílio Barenco Corrêa de Mello
Procurador do Ministério Público de Contas
(documento assinado digitalmente)